

RELATÓRIO

Curso: II SEMINÁRIO GOVERNANÇA PÚBLICA

No dia 7 de novembro de 2016, no horário de 9 às 17h30, no auditório do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, participei do II Seminário: GOVERNANÇA PÚBLICA.

A PROGRAMAÇÃO DO SEMINÁRIO FOI A SEGUINTE:

9h– Credenciamento

9h30– Abertura: Coral de Contas

Presidente do TCE-ES Sérgio Aboudib

10h– Palestra 1: Governança pública: um desafio para o Brasil

Ministro Augusto Nardes (TCU)

11h– Palestra 2: Entidades de fiscalização superior na era da governança pública

Conselheiro-corregedor do TCE-ES Rodrigo Chamoun

12h – Almoço

14h– Recredenciamento

14h15 – Palestra 3: A experiência de controle externo da receita dos municípios capixabas

Vinícius Bergamini Del Pupo, auditor de controle externo do TCE-ES

15h– Palestra 4: Avaliação da transparência dos municípios do Espírito Santo

Rogélio Pegoretti Amorim, auditor de controle externo do TCE-ES

15h45 – Intervalo

16h – Palestra 5: A importância da transparência para a consolidação democrática

Robson Zuccolotto Gama, professor doutor da Ufes

16h45 – Palestra 6: Transparência como ferramenta da melhoria da gestão dos gastos públicos

Janyluce Rezende Gama, professora doutora da Ufes

17h30- Encerramento

O Presidente do Tribunal de Contas, Sérgio Aboudib, fez a abertura do Seminário e disse que cada vez mais temos que nos envolver com a governança, para que os gastos públicos sejam melhores administrados e ter um bom centro de governo para não perder a capacidade de governar.

O Ministro Augusto Nardes (TCU), apresentou o tema “ Governança pública: um desafio para o Brasil”. Iniciou dizendo que: Todos os estados estão em situação B, apenas o Estado do Pará, está em situação A, porém, cabe a eles orientar aos governantes a buscar alternativas para ajudar para a melhoria da gestão. Oitenta por cento dos municípios brasileiros não conseguem pagar a folha de pessoal. A sociedade brasileira mudou, está de olho na legalidade – é importante se organizar e governar com transparência e promover parceria pública privada por meio de consórcios com alternativas para obter recursos. Disse ainda, que o governo precisa ter capacidade para a gestão do agir e práticas de governança, visando a excelência de pessoal, descentralização, avaliação de desempenho individual e institucional, melhorar a governança na tecnologia da informação, com foco na transparência, controle interno competente, com atuação em conjunto com o controle externo. É preciso: eficiência, economicidade e responsabilidade fiscal e disse que: “acabou a gastança”.

O primeiro passo para a boa governança é a escola de líderes éticos, avaliação de desempenho individual e institucional, melhorar a competitividade, planejamento institucional, melhorar a governança na tecnologia da informação e para a boa governança de pessoal deve haver avaliação de desempenho de acordo com a meritocracia.

Rodrigo Chamoun, Conselheiro-corregedor do TCE-ES, apresentou o tema “Entidades de fiscalização superior na era da governança pública.”Iniciou dizendo sobre a avaliação do TC nos

portais de transparência e que vai encaminhar o resultado para o Ministro. Rodrigo disse que os governantes terão que ter a especialidade de fazer mais com menos e que “não dá para prometer terreno no céu”.

Vinícius Bergamini Del Pupo, auditor de controle externo do TCE-ES, apresentou o tema: “A experiência de controle externo da receita dos municípios capixabas” e disse que a receita não tem mais importância que a despesa, tem que haver equiparação. Disse ainda:

- Fiscal de tributos de nível superior e tem que ser capacitado, pois o servidor incapacitado poderá trazer perdas para ele e para a Administração Pública;
- precisa regulamentar a administração tributária;
- dotar administração tributária de equipamentos, veículos, computadores e etc.

Conclui dizendo que a organização da administração tributária e o controle de arrecadação, contribuem para a boa governança pública.

Rogério Pegoretti Amorim, auditor de controle externo do TCE-ES apresentou o tema: “Avaliação da transparência dos municípios do Espírito Santo”. Disse que está inserida nos princípios básicos de governança para o setor público e que a liberdade de informação é um direito humano fundamenta e é a “pedra de toque” de todas as liberdades as quais a ONU se dedica, segundo artigo 19 da Declaração dos Direitos Humanos. Com maior quantidade de informações a gestão pública começa a ser melhorada e a transparência diminui expressivamente a corrupção e entender que o acesso à informação é direito humano fundamental garante o desenvolvimento social.

De acordo com Rogério, 11 países do mundo possuem lei de acesso à informação e citou entre eles:

Suécia – 1ª lei - 1766

Finlândia – 2ª lei – 1951

EUA – 3ª lei – 1966

Brasil - 2003

Colômbia - 1985

Filipinas - agosto 2016

Os requisitos da transparência são:

Ativa: o governo disponibiliza a informação independente de requerimento. Passiva: o cidadão pergunta e o governo responde. Rogério entende que cadastrar no site a informação, para depois fazer o download é atendimento parcial e não total.

O TC concedeu o prazo de 180(cento e oitenta) dias a partir de 2 de janeiro de 2017, para a implantação dos itens e vai verificar se estão sendo atendidos. Todas as informações devem ser disponibilizadas em tempo real.

Robson Zuccolotto Gama, professor doutor da Ufes, apresentou o tema: “ Importância da transparência para a consolidação democrática”. Iniciou dizendo sobre a importância da transparência e diz que sem a mesma não há controle e não existe democracia sem controle . Políticos eleitos- dirigentes públicos funcionários- são responsáveis e submetidos ao controle.

Transparência como referência cultural

Esquema: democracia, accountability, controle, transparência.

Segundo Robson, a postura de participação política precisa ser maior, mas, apesar do cenário parecer negativo, existem diversos avanços constitucionais.

Robson afirma que o controle da administração pública não tem sido obra de políticos, mas de outras burocracias que se desenvolveram recentemente sob o signo de independência política e imbuídos de missões derivadas diretamente do texto constitucional.

Janyluce Rezende Gama, professora doutora da Ufes, apresentou o tema: “Transparência como ferramenta da melhoria da gestão dos gastos públicos”. Iniciou dizendo que a transparência é um instrumento benéfico em favor de gestor.

Disse que a falta de gestão de documentos prejudica a informação. Segundo ela, os pedidos de informação estão aumentando e que os links devem ser objetivos, conduzindo o interessado diretamente ao conteúdo demandado.

Janyluce diz que não é caro colocar no portal a informação em tempo real. É preciso equipe integrada para ter uma boa gestão da informação.

Concluindo, o não cumprimento ao acesso à informação impossibilitará a transferência de recursos da União.

Este relatório será encaminhado ao Presidente da Câmara, Rogério Luiz Krohling e ao servidor Jorge Moisés Monteiro, Gerente de Comunicação Social e responsável pelo monitoramento do Portal Transparência, bem como disponível no site da Câmara Municipal.

Câmara Municipal de Domingos Martins, 22 de novembro de 2016.

ELMA DA PENHA HORTOLANI
Secretária Geral Administrativa
Matricula 016